



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 – SESAU

RUBRICA: _____

Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 17/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 115/2024 - SESAU

EDITAL PARA CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **Prefeitura Municipal de Vitorino Freire/MA**, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde - SESAU, Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **menor preço por item** na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 11/12/2024 às 8h

Horário da Fase de Lances: 8h às 14h

Link: www.licitacaovitorinofreire.com.br

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL

Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário

Valor Máximo Aceitável: R\$ 40.999,94 (quarenta mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).

1.0. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de capacitação e educação permanente em Saúde Digital, em conformidade com as diretrizes do Programa SUS Digital, conforme estabelecido nas Portarias GM/MS nº 3.232 e nº 3.233, de 1º de março de 2024, para o município de Vitorino Freire/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

2.0. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema de Compras da Prefeitura Municipal de Vitorino Freire – MA, através do site www.licitacaovitorinofreire.com.br, através da opção Cadastro de Fornecedor.

2.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 –SESAU

RUBRICA: _____

Prefeitura Municipal de Vitorino Freire

Construindo uma nova história

órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. É de inteira responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais sobre o credenciamento no sistema eletrônico e poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, disponíveis no endereço eletrônico licitamaisbrasil.com.br e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no MOMENTO DA HABILITAÇÃO.

2.7. Ao escolher o plano desejado para acesso ao sistema o Fornecedor desde já, fica ciente de que o seu cadastro poderá ser liberado em até 02 (duas) horas após a confirmação do pagamento, em dias úteis. Assim, a Prefeitura Municipal e nem a BRCONNECTADO - não assume qualquer prejuízo que o Fornecedor venha a ter pela não participação em processo licitatório quando este tenha feito o cadastro prévio não respeitando o prazo precitado de no mínimo 02 (duas) horas, em dias úteis.

2.8. Caso a escolha de pagamento seja via boleto bancário a liberação do acesso à Plataforma de Licitações será condicionada à confirmação do pagamento, sendo que ele pode demorar até 2 dias úteis. Seja para acesso ao credenciamento ou bloqueio do sistema após data de vencimento da fatura.

2.9. Para mais informações sobre o Sistema e a Plataforma, poderá ser acessado no seguinte link <https://www.licitacaovitorinofreire.com.br/pagina/portal/fornecedor.jsf?windowId=448>

2.10. Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso ao Portal de Compras da Prefeitura, poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da Plataforma, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas (horário de Brasília) por telefone (81) 3877-1397, ou e-mail boletos@brconnectado.com.br.

2.11. O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006 e suas alterações, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas.

2.12. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.13. A participação nesta contratação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 –SESAU

RUBRICA: _____

**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire**

Construindo uma nova história

2.14. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.15. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.16. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.16.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.16.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.16.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

2.16.3.1. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.16.3.2. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.16.3.3. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta; isto aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.16.3.4. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.16.3.5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.16.3.6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 –SESAU

RUBRICA: _____

Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire

Construindo uma nova história

submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.16.3.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.16.3.8. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.17. Não será permitida a participação de cooperativas, devido ao objeto a ser contratado.

2.18. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.0. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. O fornecedor NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

3.4. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

3.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

3.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.7. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 –SESAU

RUBRICA: _____

**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire**

Construindo uma nova história

3.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.9. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.10. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.11. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico e Projeto Executivo, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.12. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.13. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.13.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.13.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.13.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.13.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91;

3.13.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.13.6. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 –SESAU

RUBRICA: _____

Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire

Construindo uma nova história

tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no item 2.14 deste Aviso de Contratação, bem como nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.0. FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

4.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.5. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 0,10 (dez centavos)**.

4.7. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.8. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.9. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.10. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.11. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5.0. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 –SESAU

RUBRICA: _____

**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire**

Construindo uma nova história

5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas.

5.2. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

5.3. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

5.4. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.5. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

5.6. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o Agente de Contratação verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.15 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta nos cadastros indicados no Termo de Referência desta contratação.

5.7. Verificadas as condições de participação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.8.1. conter vícios insanáveis;

5.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 –SESAU

RUBRICA: _____

Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire

Construindo uma nova história

5.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

5.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.12. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.13. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.15. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.16. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.17. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6.0. HABILITAÇÃO



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 –SESAU

RUBRICA: _____

**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire**

Construindo uma nova história

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, constam do Termo de Referência, **ANEXO I** deste Termo, e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

6.2. O fornecedor deverá enviar no prazo de até duas horas, a contar da solicitação via sistema, os documentos de HABILITAÇÃO em formato digital, descrito no Termo de Referência dessa contratação.

6.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais nato-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.4. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.5. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.7. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.8. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7.0. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato (**ANEXO II**).

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de pro-



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 –SESAU

RUBRICA: _____

Prefeitura Municipal de Vitorino Freire

Construindo uma nova história

cesso eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.4. A Convocação para assinatura do contrato será encaminhada para o e-mail da futura contratada informada na carta Proposta, sendo considerado como recebida um dia após o momento do envio, ficando a cargo da mesma o monitoramento de suas caixas de mensagens, bem como a comunicação formal de possível mudança.

7.5. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.7. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.0. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, o que inclui dentre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ainda que a empresa não tenha se beneficiado dos benefícios de que trata a Lei Complementar nº 123, de 2006;

8.1.11. ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

8.1.12. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame; e

8.1.13. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito as sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que devidamente



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 –SESAU

RUBRICA: _____

Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire

Construindo uma nova história

observadas as disposições e o rito previsto no mesmo artigo, e nos artigos 157 a 162, seus incisos e parágrafos da mesma lei, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

8.3. A Multa prevista no inciso II do artigo art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, será de 15% (quinze por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.

8.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.0. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas, situação em que a contratação será operacionalizada fora deste procedimento;

9.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 –SESAU

RUBRICA: _____

Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire

Construindo uma nova história

despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Este aviso e seus anexos podem ser consultados gratuitamente na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Vitorino Freire - MA, situada à Av. Wilson Branco, S/N, Centro, Vitorino Freire - MA, de segunda a sexta (exceto feriados), no horário das 08:00hs às 12:00hs, onde poderá ser consultado ou obtido gratuitamente por meio digital, bem como pela internet, através do nosso endereço eletrônico (<https://transparencia.vitorinofreire.ma.gov.br>), Portal Nacional de Compras Públicas (www.gov.br/pncp/pt-br), e www.licitacaovitorinofreire.com.br. Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço ou pelo e-mail licitacaovitorinofreire@gmail.com.

9.13. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.14. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Vitorino Freire - MA, 02 de dezembro de 2024.

VANESSA MARIA AGUIAR BRINGEL
Secretária Municipal de Saúde



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 –SESAU

RUBRICA: _____

Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 17/2024
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PROC.ADM. 115/2024 – SEDUC

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO.

1.1 Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de capacitação e educação permanente em Saúde Digital, em conformidade com as diretrizes do Programa SUS Digital, conforme estabelecido nas Portarias GM/MS nº 3.232 e nº 3.233, de 1º de março de 2024, para o município de Vitorino Freire/MA.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são considerados comuns, o qual envolve objeto de baixa complexidade/vulto, e com valores que se enquadram com o art. 75, II da Lei 14.133/2021, facultando assim a elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP, onde entendemos ser possível, através deste Termo de Referência, descrever a solução e demais informações necessárias para esta contratação.

1.3. Especificações e quantitativos estimados:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE DIGITAL, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO PROGRAMA SUS DIGITAL, CONFORME ESTABELECIDO NAS PORTARIAS GM/MS Nº 3.232 E Nº 3.233, DE 1º DE MARÇO DE 2024, PARA O MUNICÍPIO DE VITORINO FREIRE/MA.	UND	1

1.4. A vigência da contratação será de 6 (seis) meses, contados a partir da assinatura do contrato, nos termos do Art. 105 da Lei 14.133/2021.

1.4.1. O instrumento contratual oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. O prazo de execução do serviço será de 3 (três) meses, a contar do recebimento da Ordem de Serviços.

1.6. A capacitação proposta tem sido amplamente realizada em municípios que aderiram ao Sistema SUS Digital, com o objetivo de garantir a efetiva implementação e utilização das ferramentas tecnológicas na gestão da saúde pública. A experiência acumulada nessas localidades serviu como base para a elaboração dos documentos que originaram este processo, proporcionando uma compreensão detalhada das necessidades reais dos profissionais de saúde no que tange ao uso da plataforma. Os módulos sugeridos e o cronograma proposto foram desenvolvidos a partir dessa experiência prática, levando em consideração os desafios enfrentados pelas equipes de saúde e as melho-



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 –SESAU

RUBRICA: _____

Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire

Construindo uma nova história

res práticas adotadas por outros municípios, assegurando que o projeto esteja alinhado às reais necessidades do município de Vitorino Freire.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação de empresa especializada em saúde digital para a capacitação dos profissionais da rede pública de saúde do município de Vitorino Freire/MA é uma medida indispensável para atender às exigências contemporâneas de modernização e digitalização dos serviços de saúde, conforme estabelecido pelas políticas do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente no âmbito do Programa SUS Digital. Esta necessidade é reforçada pela legislação vigente, incluindo a Lei 14.133/2021, que prevê a modernização da administração pública, buscando eficiência, economicidade e qualidade na prestação dos serviços públicos.

2.2. A transformação digital no setor da saúde é um imperativo para a melhoria da qualidade do atendimento, a redução de erros médicos, a otimização da gestão e o aumento da eficiência dos serviços prestados à população. A digitalização dos prontuários e a utilização de ferramentas tecnológicas inovadoras são fundamentais para alcançar esses objetivos. No entanto, a plena implementação dessas ferramentas depende da capacitação adequada dos profissionais de saúde, garantindo que eles estejam aptos a utilizá-las de forma eficaz e segura.

2.3. A contratação, portanto, é fundamentada na necessidade de alinhar o município de Vitorino Freire às diretrizes nacionais de modernização da saúde pública, garantindo que os profissionais de saúde estejam capacitados a utilizar as novas tecnologias de forma segura, eficiente e conforme as melhores práticas de saúde digital. Essa ação estratégica visa a criação de uma cultura digital no ambiente de trabalho, promovendo a inclusão digital e a integração de dados de saúde, conforme as diretrizes do SUS Digital.

2.4. Além disso, a capacitação contínua e a educação permanente dos profissionais de saúde são cruciais para assegurar a qualidade e a segurança no atendimento à população, bem como a conformidade com as normativas vigentes, como estabelecido nas Portarias GM/MS nº 3.232 e nº 3.233, de 1º de março de 2024. Portanto, a contratação da empresa especializada é uma medida imprescindível para a modernização do sistema de saúde de Vitorino Freire, proporcionando um atendimento mais moderno, acessível e eficiente aos cidadãos.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO.

3.1. A contratação pretendida é justificada por diversos fatores essenciais para a modernização e eficiência dos serviços de saúde, conforme estabelecido pelas políticas do Sistema Único de Saúde (SUS) e em alinhamento com o Programa SUS Digital.

3.2. A modernização dos serviços de saúde, através da adoção de tecnologias digitais, é uma prioridade nacional e local. A implementação do Programa SUS Digital requer que os profissionais de saúde estejam devidamente capacitados para utilizar as novas ferramentas digitais de forma eficientemente.



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 –SESAU

RUBRICA: _____

Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire

Construindo uma nova história

ente e segura. A digitalização dos prontuários médicos e a utilização de plataformas de telemedicina e sistemas de suporte à decisão clínica são fundamentais para melhorar a qualidade do atendimento, otimizar a gestão e reduzir os erros médicos.

3.3. A conformidade com a legislação vigente, incluindo a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e as Portarias GM/MS nº 3.232 e nº 3.233, de 1º de março de 2024, exige que os profissionais de saúde estejam familiarizados com as normas e práticas de segurança da informação e privacidade de dados. A capacitação específica em segurança da informação é crucial para proteger os dados sensíveis dos pacientes e garantir a integridade e confidencialidade das informações de saúde.

3.4. A capacitação em boas práticas de gestão de saúde digital e no uso prático das ferramentas digitais permitirá aos profissionais de saúde melhorar a qualidade do atendimento, aumentar a eficiência dos serviços e otimizar os recursos disponíveis. A utilização correta das tecnologias digitais resultará em processos mais ágeis e transparentes, facilitando a integração de dados e a coordenação dos cuidados de saúde.

3.5. A criação de uma cultura digital no ambiente de trabalho é essencial para a implementação bem-sucedida do Programa SUS Digital. A capacitação contínua dos profissionais de saúde promoverá a inclusão digital e a aceitação das novas tecnologias, incentivando uma abordagem mais proativa e inovadora na gestão da saúde pública.

3.6. A complexidade e especificidade das ferramentas digitais utilizadas no Programa SUS Digital exigem uma formação especializada e atualizada. A contratação de uma empresa com expertise em saúde digital garantirá que os conteúdos sejam ministrados por profissionais capacitados e que a capacitação seja adequada às necessidades dos profissionais de saúde do município de Vitorino Freire.

3.7. A capacitação deverá resultar em uma série de benefícios tangíveis, como a melhoria da qualidade do atendimento, a redução de erros médicos, a otimização dos recursos e a eficiência dos serviços de saúde. A implementação das diretrizes do SUS Digital, com profissionais bem preparados, permitirá ao município de Vitorino Freire proporcionar um atendimento mais moderno, acessível e eficiente à população, em conformidade com as inovações tecnológicas e as regulamentações nacionais.

3.8. Portanto, tal contratação se justifica pela necessidade de modernização dos serviços de saúde, conformidade com a legislação vigente, melhoria da qualidade do atendimento, criação de uma cultura digital e a formação específica e atualizada necessária para a implementação do Programa SUS Digital. Esses fatores são fundamentais para garantir que o município de Vitorino Freire esteja preparado para enfrentar os desafios da digitalização da saúde e proporcionar um atendimento de excelência aos seus cidadãos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 –SESAU

RUBRICA: _____

Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história

- 4.1. Não será necessária a apresentação da Carta de Solidariedade.
- 4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto desta contratação envolve a prestação de serviços de capacitação aos profissionais da rede pública de saúde do município de Vitorino Freire/MA, visando à formação e atualização sobre as diretrizes, ferramentas e boas práticas do Programa SUS Digital, conforme estabelecido nas Portarias GM/MS nº 3.232 e nº 3.233, de 1º de março de 2024. O treinamento será ministrado por empresa especializada em saúde digital, conforme os seguintes módulos e atividades:

5.1. Conteúdo a Ser Ministrado

A capacitação deverá ser estruturada em módulos, abrangendo os seguintes tópicos:

5.1.1. Introdução ao Programa SUS Digital (Carga Horária: 20 horas)

- Contextualização histórica e normativa do programa;
- Objetivos e metas de digitalização da saúde no Brasil;
- Benefícios da transformação digital na saúde pública;
- Principais componentes e infraestrutura do programa;
- Diretrizes para a implementação local, integração de dados e serviços no âmbito do SUS;
- Demonstração de resultados esperados com a adoção do SUS Digital.

5.1.2. Segurança da Informação e Privacidade de Dados em Saúde (Carga Horária: 16 horas)

- Noções fundamentais sobre LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e sua aplicação na saúde;
- Padrões e protocolos de segurança para sistemas de saúde digitais;
- Práticas de proteção de dados sensíveis em prontuários eletrônicos e plataformas digitais de saúde;
- Ferramentas e estratégias para mitigação de riscos e prevenção de ataques cibernéticos;
- Procedimentos de auditoria e conformidade para segurança da informação em saúde.

5.1.3. Boas Práticas na Gestão de Saúde Digital (Carga Horária: 6 horas)

- Estratégias de gestão de projetos digitais em saúde;
- Monitoramento e avaliação de desempenho de sistemas digitais;
- Processos de integração de plataformas digitais no dia a dia das unidades de saúde;
- Relacionamento entre gestão, tecnologia e práticas assistenciais;



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 –SESAU

RUBRICA: _____

Prefeitura Municipal de Vitorino Freire

Construindo uma nova história

- Exemplos de sucesso na implementação de projetos de saúde digital em outros municípios e estados.

5.1.4. Capacitação Prática sobre Ferramentas Digitais (Carga Horária: 40 horas)

- Utilização de sistemas de prontuário eletrônico e plataformas de telemedicina;
- Integração de dados entre diferentes sistemas (e-SUS, prontuário eletrônico, e-Gestor);
- Uso de ferramentas de suporte à decisão clínica baseadas em inteligência artificial;
- Capacitação no uso de sistemas de monitoramento de indicadores de saúde e controle de fluxos assistenciais;
- Capacitação técnica em interoperabilidade entre plataformas de gestão de saúde.

5.2. Exigências para a Prestação dos Serviços

A empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos:

- Disponibilizar instrutores licenciados em pedagogia, com especialização em gestão de saúde pública, e experiência comprovada na área de saúde digital.
- Fornecer todo o material didático necessário para o curso.
- Garantir a infraestrutura necessária para a realização das aulas teóricas e práticas, incluindo ambientes virtuais para o treinamento online e laboratórios de informática para simulações práticas.

5.3. Formato do Treinamento

O treinamento deverá ser oferecido de forma híbrida, combinando módulos presenciais e online, para garantir acessibilidade a todos os profissionais, independentemente de suas condições de deslocamento. As aulas teóricas deverão ser preferencialmente realizadas online, enquanto as práticas deverão ser conduzidas presencialmente para permitir a interação direta com as ferramentas digitais.

5.4. Sugestão de Cronograma e Duração do Curso

Cronograma Sugerido:

- **Semana 1:** Planejamento e organização do treinamento; Divulgação aos participantes.
- **Semana 2:** Início do treinamento online com o módulo introdutório sobre o SUS Digital e o módulo de segurança da informação.
- **Semana 3:** Continuação do treinamento online e início do treinamento presencial com o módulo de boas práticas na gestão de saúde digital.
- **Semana 4:** Capacitação prática sobre ferramentas digitais; Avaliação e conclusão do treinamento; Feedback dos participantes.

Duração Total: O curso deverá ter uma carga horária total de 82 horas, distribuídas conforme a necessidade e disponibilidade dos profissionais de saúde do município, podendo ser ajustado de acordo com as especificidades da empresa contratada.



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 –SESAU

RUBRICA: _____

Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história

5.5. Avaliação e Certificação

Ao final de cada módulo, será aplicada uma avaliação para medir o nível de assimilação dos conteúdos pelos participantes. A empresa contratada deverá emitir certificados aos profissionais que atingirem o desempenho mínimo exigido.

5.6. Responsabilidades da Contratada

A empresa contratada será responsável por:

- Planejar e organizar o cronograma do treinamento.
- Ministrar os módulos teóricos e práticos, conforme descrito.
- Aplicar avaliações e emitir certificados de conclusão para os participantes.

5.7. Responsabilidades da Contratante

A Secretaria de Saúde do município de Vitorino Freire/MA será responsável por:

- Divulgar o treinamento aos profissionais de saúde e organizar a inscrição dos participantes.
- Disponibilizar os espaços necessários para a realização das aulas presenciais.
- Acompanhar e avaliar a execução do treinamento, garantindo o cumprimento do cronograma e a qualidade dos serviços prestados.

A execução bem-sucedida deste projeto é essencial para garantir que os profissionais de saúde do município de Vitorino Freire estejam plenamente capacitados para operar as ferramentas do Programa SUS Digital, contribuindo para a modernização e eficiência dos serviços de saúde prestados à população.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei nº 14.133, de 2021**, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. A formalização da contratação ocorrerá por meio de termo de contrato ou instrumento equivalente.

6.5. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 –SESAU

RUBRICA: _____

Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história

6.6. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.7. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.8. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.9. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.10. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, a serem designados em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Poder Executivo do Município de Vitorino Freire – MA.

6.12. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.13. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.14. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.16. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 – SESAU

RUBRICA: _____

Prefeitura Municipal de Vitorino Freire

Construindo uma nova história

6.17. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.19. O gestor do contrato e os fiscais do contrato, serão auxiliados pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno vinculados ao órgão ou à entidade promotora da contratação, os quais deverão dirimir dúvidas e subsidiá-los com informações para prevenir riscos na execução do contrato.

7. DO PAGAMENTO

7.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO FREIRE – MA realizará o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento definitivo do serviço e da apresentação do documento fiscal correspondente;

7.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da contratada;

7.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, apresentada pela empresa ou mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

7.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada caso exista pendência quanto à Justiça do Trabalho e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

7.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

7.6. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

7.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à ina-



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 –SESAU

RUBRICA: _____

Prefeitura Municipal de Vitorino Freire

Construindo uma nova história

dimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

7.8. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa e contraditório;

7.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6 / 100)$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

365

8. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, por dispensa de licitação, conforme art. 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

9. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

9.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 –SESAU

RUBRICA: _____

Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire

Construindo uma nova história

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992 e suas alterações, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.3. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.5. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

9.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.7. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.8. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.9. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

9.9.1. Habilitação jurídica:

- a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Jun-



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 –SESAU

RUBRICA: _____

Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire

Construindo uma nova história

ta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- e) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- f) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- h) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

9.9.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva e RG dos sócios.

9.9.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 –SESAU

RUBRICA: _____

**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire**

Construindo uma nova história

VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- g) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual e Municipal/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- h) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Estadual ou Municipal/Distrital** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- i) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.9.4. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação, ou de sociedade simples;
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, conforme entendimento da Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;
- c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
 - c.1) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).
- d) As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- e) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- f) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- g) Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exi-



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 –SESAU

RUBRICA: _____

Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire

Construindo uma nova história

gido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de **5%** do valor total estimado da contratação.

- h) As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- i) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.9.5. Qualificação Técnica:

- a) Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;
 - a.1) A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- b) Atestado de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o Licitante prestou serviços compatíveis com a proposta apresentada, em quantidade, característica e prazo, informando ainda que o serviço ocorreu de forma satisfatória, devendo o atestado conter o nome, CNPJ, endereço e/ou telefone de contato do órgão atestador, ou qualquer outra forma de que a Comissão Permanente de Licitação – CPL possa valer-se para manter contato;
 - b.1) Sob nenhuma hipótese serão aceitos atestados genéricos, sendo entendido como aqueles que não contenham quantidades, características e prazo e que ocorreu o fornecimento;
 - b.2) As licitantes, quando e se solicitadas, pelo Agente de contratação deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, notas fiscais, endereço atual da contratante e local em que foram realizados os fornecimentos.
- c) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

10. ESTIMATIVA DO PREÇO

10.1. A proposta de preços deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas as despesas dos tributos e demais custos que incidam direta ou indiretamente na execução do OBJETO, conforme tabela abaixo:



FLS. Nº _____
PROC. Nº 115/2024 –SESAU
RUBRICA: _____

Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	VALOR UNT. MÉ- DIA ESTI- MADA	VALOR TO- TAL - MÉDIA ESTIMADA
1	INTRODUÇÃO AO PROGRAMA SUS DIGI- TAL	HORAS	20	R\$ 620,83	R\$ 12.416,60
2	CAPACITAÇÃO EM SEGURANÇA DA IN- FORMAÇÃO E PRIVACIDADE DE DADOS EM SAÚDE.	HORAS	16	R\$ 567,71	R\$ 9.083,36
3	BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE SAÚDE DIGITAL	HORAS	6	R\$ 1.208,33	R\$ 7.249,98
4	CAPACITAÇÃO PRÁTICA SOBRE FERRA- MENTAS DIGITAIS	HORAS	40	R\$ 306,25	R\$ 12.250,00
VALOR TOTAL					R\$ 40.999,94

10.2. O custo máximo aceitável para a presente contratação é de **R\$ 40.999,94 (quarenta mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos)**, conforme os preços unitários, constantes da Tabela do acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município para o ano de 2024, conforme dotação a seguir:

Código da Ficha: 541
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Dotação: 10.122.0075.2156.00003.3.90.35.00 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA

Código da Ficha: 555
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Dotação: 10.301.0075.2041.00003.3.90.35.00 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA

Código da Ficha: 566
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Dotação: 10.301.0075.2042.00003.3.90.35.00 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA

Código da Ficha: 577
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Dotação: 10.122.0075.2156.00003.3.90.35.00 - Serviços De Consultoria

Código da Ficha: 587
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Dotação: 10.301.0075.2042.00003.3.90.35.00 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 –SESAU

RUBRICA: _____

Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história

Código da Ficha: 600

Órgão: 02 PODER EXECUTIVO

Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Dotação: 10.302.0075.2044.00003.3.90.35.00 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA

Código da Ficha: 611

Órgão: 02 PODER EXECUTIVO

Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Dotação: 10.302.0075.2044.00003.3.90.35.00 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA

Código da Ficha: 621

Órgão: 02 PODER EXECUTIVO

Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Dotação: 10.302.0075.2044.00003.3.90.35.00 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA

Código da Ficha: 637

Órgão: 02 PODER EXECUTIVO

Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Dotação: 10.304.0075.2045.00003.3.90.35.00 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA

Código da Ficha: 647

Órgão: 02 PODER EXECUTIVO

Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Dotação: 10.304.0075.2046.00003.3.90.35.00 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA

Código da Ficha: 657

Órgão: 02 PODER EXECUTIVO

Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Dotação: 10.305.0075.2047.00003.3.90.35.00 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA

12. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

12.1. O Certame deverá ser regido pela Lei n.º 14.133/2023 e suas alterações e Decreto n.º 11.246, de 2022. que regulamentam a Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 no âmbito municipal, Lei Complementar n.º 123/2006 alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014 e suas alterações

Vitorino Freire/MA, 27 de novembro de 2024

HAERTON SILVA DE OLIVEIRA
Assessor Administrativo



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 – SESAU

RUBRICA: _____

Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 17/2024
ANEXO II - MINUTA DO TERMO DE CONTRATO Nº XXXX
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 115/2024

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO DE
SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM,
DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL
DE VITORINO FREIRE– MA, E DE OUTRO
LADO, A EMPRESA _____

Pelo presente instrumento, que entre si fazem, de um lado **A PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO FREIRE – MA**, sediada na Av. Wilson Branco, S/N, Centro, Vitorino Freire - MA, CEP 65320-000, inscrita no CNPJ Nº 06.018.568/0001-16, doravante denominada **MUNICÍPIO**, neste ato representado por _____, _____, e de outro lado, _____, doravante denominada **CONTRATADA**, sediada à _____, CNPJ nº _____, neste ato representada pelo Sr. (a) _____, _____, têm entre si, ajustado o presente Contrato de Serviços, cuja lavratura foi regularmente autorizada em despacho constante no **Processo Administrativo nº 115/2024 - SESAU**, da Contratação Direta por **Dispensa de Licitação** em sua forma **Eletrônica nº 17/2024** e seus anexos, e ainda da proposta adjudicada que a este integram, independentemente de transcrição, submetendo-se as partes e observando às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1.0. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de capacitação e educação permanente em Saúde Digital, em conformidade com as diretrizes do Programa SUS Digital, conforme estabelecido nas Portarias GM/MS nº 3.232 e nº 3.233, de 1º de março de 2024, para o município de Vitorino Freire/MA**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. A Autorização de Contratação Direta
- 1.2.3. Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;
- 1.2.4. A Proposta do contratado;
- 1.2.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. A execução do objeto dar-se-á em conformidade com o que dispõe o termo de referência a que se vincula o presente instrumento.

2.0. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 –SESAU

RUBRICA: _____

**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire**

Construindo uma nova história

2.1. A vigência da contratação será de 6 (seis) meses, contados a partir da assinatura do contrato, nos termos do Art. 105 da Lei 14.133/2021.

3.0. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contratação.

4.0. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.0. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de _____ que será pago a contratada na proporção em que o fornecimento for executado.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.0. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7.0. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 –SESAU

RUBRICA: _____

Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha(m) a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8.0. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.7. Cientificar a Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.8. Explicitamente emitir decisão (no prazo de 10 dias, a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período) sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contado da data do Protocolo.

8.10. Sob nenhuma hipótese a Administração responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 –SESAU

RUBRICA: _____

Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire

Construindo uma nova história

9.0. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade nos Sistemas de Cadastro de Fornecedores, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 –SESAU

RUBRICA: _____

Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire

Construindo uma nova história

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

10.0. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por trata-se de contratação de pequeno vulto a ser realizada mediante dispensa de licitação, onde o pagamento será realizado somente após a efetiva prestação dos serviços, portanto não se faz necessária a exigência de garantia contratual.

11.0. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no item 8.1 do termo de referência desta Contratação Direta.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito as sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que devidamente observadas as disposições e o rito previsto no mesmo artigo, e nos artigos 157 a 162, seus incisos e parágrafos da mesma lei, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

11.3. As multas de Mora e Compensatória, serão aplicadas e cobradas da forma prevista no Termo de Referência.

11.4. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 –SESAU

RUBRICA: _____

Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire

Construindo uma nova história

parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12.0. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO DO CONTRATO E EXECUÇÃO DO OBJETO

12.1. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL: O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, hipótese em que também se aplicam os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4. Se a operação de que trata o item anterior implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto ainda:

12.7.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.7.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquica-



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 –SESAU

RUBRICA: _____

Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire

Construindo uma nova história

mente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

12.8. DA EXECUÇÃO DO OBJETO: A execução do objeto terá início com a fase de planejamento e organização, onde a consultoria contratada deverá realizar reuniões de alinhamento com a equipe do Programa SUS Digital para compreender detalhadamente os objetivos, expectativas e prazos do projeto. Nesta fase, serão definidos os cronogramas de atividades, as metodologias a serem utilizadas e os principais pontos de contato entre as equipes.

12.8.1. Em seguida, a consultoria iniciará a coleta de dados para o diagnóstico situacional do território, que deverá ser realizada em até 90 dias após a publicação da portaria de homologação da adesão ao Programa SUS Digital. Esta etapa incluirá:

- a) Levantamento das características demográficas, epidemiológicas e socioeconômicas da população.
- b) Análise da infraestrutura de saúde existente, incluindo unidades de saúde, equipamentos médicos e recursos humanos.
- c) Identificação das principais demandas e necessidades de saúde, bem como dos desafios no acesso aos serviços.
- d) Avaliação dos principais indicadores de saúde, como cobertura de atenção básica e índices de morbidade e mortalidade.
- e) Mapeamento dos fluxos de atendimento e encaminhamento dentro do sistema de saúde local.

18.8.2. Os dados coletados serão analisados e consolidados em um relatório detalhado, que será submetido à equipe do Programa SUS Digital para validação.

12.8.3. Avaliação do Nível de Maturidade Digital: Simultaneamente, a consultoria aplicará o Índice Nacional de Maturidade em Saúde Digital (INMSD) para avaliar o nível de maturidade digital do território. Esta avaliação incluirá:

- a) Análise da infraestrutura tecnológica disponível, incluindo sistemas de informação em saúde, redes de comunicação e acesso à internet.
- b) Avaliação das competências digitais dos profissionais de saúde.
- c) Verificação da disponibilidade e utilização de soluções digitais na prestação de serviços de saúde.
- d) Identificação de lacunas e pontos de melhoria na infraestrutura e capacitação digital.

12.8.4. Os resultados desta avaliação serão compilados em um relatório, que também será submetido à equipe do Programa SUS Digital para revisão e aprovação.



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 –SESAU

RUBRICA: _____

Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire

Construindo uma nova história

12.8.5. Após a conclusão das etapas de diagnóstico situacional e avaliação de maturidade digital, a consultoria realizará uma análise integrada dos dados coletados para identificar correlações e insights relevantes. Esta análise será utilizada para:

- a) Cruzar os dados do diagnóstico situacional com os resultados da avaliação de maturidade digital.
- b) Elaborar relatórios detalhados com os principais achados, incluindo análises quantitativas e qualitativas.
- c) Identificar recomendações específicas para melhorar o acesso, a qualidade e a eficiência dos serviços de saúde no território.
- d) Desenvolver os Planos de Ação em Saúde Digital (PA Saúde Digital) por macrorregião, contemplando estratégias específicas para a implementação das ações de saúde digital de acordo com as necessidades e características de cada região.

12.8.6. A fase final do projeto incluirá a apresentação dos relatórios e planos de ação à equipe do Programa SUS Digital e demais partes interessadas. A consultoria realizará workshops e reuniões para discutir os principais achados e recomendações, além de ajustar os planos de ação conforme o feedback recebido.

12.8.7. Após a validação dos resultados, a consultoria prestará suporte contínuo à equipe do Programa SUS Digital para garantir a implementação eficaz das recomendações e ações propostas. Serão estabelecidos mecanismos de monitoramento e avaliação para acompanhar o progresso das iniciativas e realizar ajustes conforme necessário.

12.8.8. Com esse processo estruturado e colaborativo, a execução do objeto garantirá a coleta precisa de dados, a avaliação objetiva da maturidade digital e a elaboração de recomendações estratégicas, contribuindo significativamente para o sucesso do Programa SUS Digital.

13.0. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

(INSERIR DOTAÇÃO NO ATO DA ASSINATURA)

14.0. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15.0. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES



FLS. Nº _____

PROC. Nº 115/2024 –SESAU

RUBRICA: _____

Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire

Construindo uma nova história

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.0. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

17.0. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Bequimão – MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

17.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi impresso em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Vitorino Freire– MA, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxxxxxx

Secretário(a) Municipal de Saúde
Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS

1. _____
2. _____